

Luziânia-Niquelândia Transmissora S.A.

CNPJ/MF nº 14.863.121/0001-71

Relatório da Administração - 2014. A Luziânia-Niquelândia Transmissora S/A, S/A de capital fechado, foi constituída em 29/12/11 após seus acionistas terem arrematado o Lote H no Leilão 06/11 da ANEEL, ocorrido em 16/12/11. O ano de 2011 foi o de constituição, 2012 foi o de sua estruturação e 2013 o de implementação parcial da construção. Ainda em 2013 a ANEEL autorizou um reforço (ReA 4269/13), para um novo banco de transformadores para a SE Luzia, com previsão de entrada em operação em abril de 2015. Em 2014 foi concluída a obra da SE Luzia, que entrou em operação no dia 09/06/14, e iniciada a construção do reforço autorizado pela ANEEL na SE Luzia em setembro/14. Em relação à SE Niquelândia, foi prorrogada sua LI pela SEMARH-GO e concluída cerca de 93% da obra. Do financiamento com a CEF, foi liberado cerca de 90% do total contratado e liquidado o empréstimo junto ao banco Santander. As seguintes ações foram desenvolvidas para atender o Reforço da SE Luzia: • Contratados os Seguros de Construção, a saber, Responsabilidade Civil e Riscos de Engenharia; • A SRF enquadrou o projeto no REIDI - Regime Especial de Incentivo ao Desenvolvimento da Infraestrutura; • Assinados contratos com a Siemens para fornecimento de equipamentos de Alta Tensão, Autotransformadores e Sistemas de Proteção, Controle e Supervisão; • Assinado com a Domínio Construções Ltda contrato de Construção e Montagem; • Na área ambiental, foi emitida pelo IBAMA a relicença da LI para inclusão do reforço autorizado pela ANEEL, juntamente com a LO relativa ao projeto do Leilão 06/11; • Também foi assinado contrato com a Dossel Ambiental Ltda para o licenciamento do reforço e a gestão dos programas ambientais dos empreendimentos do leilão. RJ, 23/01/15. Ricardo Carneiro Gurgel Nogueira - Diretor Presidente. Munio Magalhães Nogueira - Diretor Técnico.

	31/12/14	31/12/13
ATIVO	67.601	34.171
CIRCULANTE	7.008	8.343
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	6.129	8.159
Contas a receber (Nota 5)	676	-
Impostos a recuperar (Nota 6)	163	133
Despesas antecipadas empréstimo ponte	-	40
Adiantamentos	40	11
NÃO CIRCULANTE	60.593	25.828
Realizável a LP	-	-
Ativo financeiro indenizável (Nota 7)	60.569	25.816
Imobilizado líquido	24	12
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	67.601	34.171
CIRCULANTE	3.205	22.379
Fornecedores	358	188
Retenção contratual	530	370
Empréstimos (Nota 8)	1.793	21.447
Salários e encargos	45	37
Impostos e contribuições sociais	291	149
Outros passivos circulantes	188	188
NÃO CIRCULANTE	30.505	402
Empréstimos (Nota 8)	29.157	-
IR e contribuição social diferidos (Nota 9)	1.348	402
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	33.891	11.390
Capital social (Nota 10)	23.590	11.769
Prejuízo acumulado	-	(379)
Reserva legal	515	-
Lucros retidos	9.786	-

	Res. de Lucros		Total
	Capital social	Lucros retidos acum.	
Saldos em 31/12/2012	1.901	(464)	1.437
Integralização de capital c/ emissão de:			
4.300.000 ações em 08/01/13	4.300	-	4.300
5.568.000 ações em 08/04/13	5.568	-	5.568
Lucro do exercício	-	85	85
Saldos em 31/12/2013	11.769	(379)	11.390
Integralização de capital c/ emissão de:			
783.000 ações em 29/04/14	783	-	783
5.519.000 ações em 01/10/14	5.519	-	5.519
5.519.000 ações em 04/11/14	5.519	-	5.519
Lucro do exercício	-	10.680	10.680
Constituição de reserva legal	-	515	515
Lucros retidos	-	9.786	9.786
Saldos em 31/12/2014	23.590	9.786	33.891

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias em 31/12/14 (Em R\$) 1. Contexto operacional. A Luziânia-Niquelândia Transmissora S/A, (Cia.), sociedade privada, de capital fechado, foi constituída em 29/06/11 e está estabelecida na Av. Presidente Vargas, 955 - 11º andar - Sala 1101 Parte, Centro/RJ. A Cia. é uma Sociedade de Propósito Específico - SPE e tem por objeto social a exploração de concessões de Serviços Públicos de Transmissão de Energia, prestados mediante implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Esta atividade é regulamentada pela ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).
1.1. Da concessão. A Cia. foi constituída a partir do Consórcio Luziânia-Niquelândia que foi o vencedor do Lote H do Leilão de Transmissão nº 06/11, realizado pela ANEEL em 16/12/11. Lote H está composto pelas seguintes instalações no Estado de Goiás: a) - SE 230/69 kV Niquelândia, (3+1) x 10 MVA e b) - SE 500/138 kV Luziânia, (3+1) x 75 MVA. Instalações de Transmissão compostas pela Subestação Niquelândia, com transformação 230/69 kV - (3+1) x 10 MVA, e pela Subestação Luziânia, com transformação 500/138 kV - (3+1) x 75 MVA, respectivas Conexões de Unidades Transformadoras, Entrada de Linha, Interligação de Barras, barmamentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio. A Cia. foi autorizada a iniciar a operação da SE Luzia em 09/06/14, tendo os equipamentos sido efetivamente energizados em 19/07/14, após o fim do período restritivo estabelecido pelo ONS em função da Copa do Mundo de Futebol. Através da Res. Autorizativa nº 4.289, em vigor a partir de 28.08.2013, a concessão foi acrescida das seguintes instalações no Estado de Goiás: Instalações de Transmissão compostas, na Subestação Luziânia, de uma segunda transformação 500/138 kV - 3 x 75 MVA, respectivas Conexões de Unidades Transformadoras, Entrada de Linha, Interligação de Barras, barmamentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio. Essas instalações encontram-se em fase de construção.
1.2. Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI junto às Autoridades Governamentais competentes. A Cia., por ter projetos aprovados de construção de infraestrutura no setor de energia, obteve a habilitação para operar no Regime de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI (instituído pela Lei nº 11.488/07) junto às Autoridades Governamentais competentes, que concede o benefício fiscal da suspensão da Contribuição para o Programa de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público PIS/PASEP e COFINS (mercado interno e importação) na aquisição de bens ou materiais de construção de obras de infraestrutura que serão convertidas ao ativo imobilizado, a alíquota zero, conforme publicação no DO em 9/07/13 e 30/07/14. **2. Base de preparação e apresentação.** As demonstrações financeiras da Cia. apresentam informações comparativas ao exercício anterior e foram autorizadas pela Administração em 23/01/2015. As demonstrações financeiras da Cia. foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das S/A e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo CPC. As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas em estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas no julgamento da Administração da Cia. para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. A Cia. está em fase de construção das estruturas necessárias aos trabalhos de transmissão de energia elétrica. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Cia. revisa suas estimativas pelo menos anualmente. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos financeiros pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor e apresentam arredondamentos em algumas apresentações. Adicionalmente as demonstrações financeiras apresentam informações comparativas em relação ao período anterior, algumas reclassificações foram efetuadas para melhor apresentação.
3. Resumo das principais práticas contábeis. As demonstrações financeiras da Cia. foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das S/A e normas e procedimentos contábeis emitidos pela CVM e CPC, que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB, e com outras normas emitidas pela ANEEL, especificamente para as concessionárias do setor elétrico brasileiro. As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas em estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração da Cia. para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. A Cia. está em fase de construção das estruturas necessárias aos trabalhos de transmissão de energia elétrica. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão de acordo com as demonstrações contábeis do exercício findo em 31/12/13 e estão definidas a seguir:
3.1. Principais Práticas Contábeis Gerais 3.1.1. Apuração do resultado do exercício. As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime contábil de competência. A receita de venda de energia é reconhecida no resultado quando todos os riscos significativos e benefícios inerentes aos produtos são transferidos para o comprador. A receita pela prestação de serviços é reconhecida no resultado tendo como base a etapa de execução dos serviços realizados até a data-base do balanço, de acordo com a porcentagem do total de serviços a serem realizados, na medida em que todos os custos relacionados aos serviços possam ser mensurados confiavelmente. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.
3.1.2. Receita operacional. A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Cia., e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita líquida é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e encargos sobre vendas.
3.1.3. Receita de concessão a) Receita de construção. A interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de concessão ("ICPC 01 (R1)") estabelece que o concessionário de energia elétrica deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 - Contratos de Construção (serviços de construção ou melhoria) e CPC 30 - Receitas (serviços de operação - fornecimento de energia elétrica), mesmo quando regidos por um único contrato de concessão. A Cia. contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de transmissão de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como próxima a zero, considerando que: (i) a atividade fim da Cia. é a transmissão de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, e (iii) a Cia. terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionadas. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo financeiro indenizável em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais, se houver. **b) Receita financeira de concessão.** A receita financeira de concessão corresponde à remuneração pela taxa de desconto, que corresponde à taxa interna de retorno do projeto. O fluxo incondicional de recursos estabelecido pelo poder concedente através da receita anual permitida (RAP). **Receita de juros.** A receita de juros é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Cia., e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que descarta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro indenizável em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.
3.1.3. Instrumentos financeiros. Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Cia. se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de

	31/12/14	31/12/13
Receita de Operações com Energia Elétrica (Nota 11)	4.174	-
Receita de Construção (Nota 11)	26.430	23.754
Receita Operacional Líquida (Nota 11)	30.604	23.754
Custo de Construção (Nota 12)	(26.430)	(23.754)
Lucro Bruto	4.174	-
Despesas Operacionais	(954)	(839)
Pessoal	(218)	(185)
Material	(3)	(1)
Serviços de terceiros	(401)	(363)
Tributos	(6)	(33)
Arrendamentos e alugueis	(38)	(97)
Despesas administrativas	(267)	(159)
Depreciação	(1)	(1)
Lucro Antes das Receitas e Despesas Financeiras	3.220	(839)
Receitas Financeiras	8.506	1.325
Receitas de aplicações financeiras	188	325
Renditas sobre ativo financeiro	8.323	1.265
Despesas financeiras	(5)	(264)
Lucro Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	11.726	486
IR e Contribuição Social Correntes	(91)	-
IR e Contribuição Social Diferidos	(955)	(402)
Total	(1.046)	(402)
Lucro Líquido do Exercício	10.680	85

	31/12/14	31/12/13
Lucro líquido do exercício	10.680	85
Outros resultados abrangentes	-	-
Total de outros resultados abrangentes dos exercícios	10.680	85

	31/12/14	31/12/13
Receita	30.604	23.754
Insuamos Adquiridos de Terceiros	(26.430)	(23.754)
Custo	(401)	(363)
Serviços	(38)	(97)
Arrendamentos e alugueis	-	(1)
Outros	-	-
Valor Adicionado Bruto	3.735	(461)
Valor Adicionado Recebido em Transferência	8.506	1.325
Resultado Financeiro	11.821	9.868
Integralização de Capital	2.325	31.315
Valor Adicionado Total a Distribuir	12.241	864
Distribuição do Valor Adicionado	12.241	864
Pessoal	218	185
Tributos	1.052	435
Despesas administrativas	291	159
Lucro do exercício	10.680	85
Total	12.241	864

CPC 3.1.14. Distribuição de dividendos. A política de reconhecimento contábil de dividendos está em consonância com as normas previstas no CPC 25 e ICPC 06, as quais determinam que os dividendos devem ser pagos e que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devendo estar registrados no passivo circulante. O estatuto social da Cia. prevê que, no mínimo, 25% do lucro líquido anual seja distribuído a título de dividendos. Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete à Assembleia de Acionistas deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários, que deverão estar respaldados em resultados reversos por empresa independente, contendo projeção dos fluxos de caixa que demonstrem a viabilidade da proposta. Desse modo, no encerramento do exercício social e após as devidas destinações legais a Cia. registra a provisão equivalente ao dividendo mínimo obrigatório ainda não distribuído no curso do exercício, ao passo que registra os dividendos propostos excedentes ao mínimo obrigatório como "Proposta de distribuição de dividendo adicional" no patrimônio líquido. As demonstrações do valor adicionado foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 09 - Demonstração do valor adicionado, emitido pelo CPC. A Cia. não possui diferentes segmentos de negócios e administra o resultado das operações com base na estrutura da demonstração de resultados. Desta forma, não está sendo apresentada qualquer informação por segmento.
3.1.15. Empréstimos e Financiamentos. Os empréstimos e financiamentos obtidos são reconhecidos pelo valor justo no recebimento dos recursos, líquido dos custos da transação e passam a ser mensurados pelo custo amortizado, sendo acrescido de encargos, juros e variações monetárias e/ou cambiais nos termos contratuais, incorridos até a data do balanço (vide Nota 8).
3.1.16. Lucro / Prejuízo por ação. É calculado com base no número de ações representativas do Capital Social Integralizado na data do balanço.
3.1.17. Adoção de novos pronunciamentos contábeis. (i) A seguir apresentamos os novos pronunciamentos que entraram em vigor a partir de 01/01/14, mas que não surtiram efeitos significativos na Cia.: • IAS 32 Compensação de Ativos e Passivos Financeiros - Revisão da IAS 32: essas revisões clarificam o significado de "atualmente tiver um direito legalmente executável de compensar os valores reconhecidos" e o critério que fariam com que os mecanismos de liquidação não simultâneos das câmaras de compensação se qualificassem para compensação. • Entidades de Investimento (Revisões da IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27) focam uma exceção aos requisitos de consolidação para as entidades que cumprem com a definição de entidade de investimento de acordo com a IFRS 10. Essa exceção requer que as entidades de investimento registrem os investimentos em controladas pelos seus valores justos no resultado. • IAS 39 Renovação de Derivativos e Continuação de Contabilidade de Hedge - Revisão da IAS 39: Essa revisão ameniza a descontinuação da contabilidade de hedge quando a renovação de um derivativo designado como hedge atinge certos critérios. (ii) A seguir apresentamos os novos ou revisados pronunciamentos que ainda não estão em vigor e seriam efetivos a partir do exercício social iniciado em 01/01/15: • IFRS 9 Instrumentos Financeiros - reflete a primeira fase do trabalho do IASB para substituição da IAS 39 e se aplica à classificação e avaliação de ativos e passivos financeiros conforme definição da IAS 39. O pronunciamento será inicialmente aplicado a partir dos exercícios iniciados em ou após 01/01/13, mas o pronunciamento Ammendments to IFRS 9 Mandatory Effective Date of IFRS 9 and Transition Disclosures, emitido em dezembro de 2011, postergou a sua vigência para 01/01/15. Nas fases subsequentes, o IASB abordará questões como contabilização de hedges e provisão para perdas de ativos financeiros. A Cia. não espera que esta norma produza impactos relevantes em suas demonstrações financeiras. • IFRIC 21 - tributos: clarifica quando uma entidade deve reconhecer um passivo para um tributo quando o evento que gera o pagamento ocorre. Para um tributo que requer que seu pagamento se origine em decorrência do atingimento de alguma métrica, a interpretação indica que nenhum passivo deve ser reconhecido até que a métrica seja atingida. A Cia. não espera que o IFRIC 21 tenha impactos relevantes em suas demonstrações financeiras. E ainda existem assuntos contábeis de interesse brasileiro que não interferem nas normas internacionais. Estes Pronunciamentos já estão substancialmente desenvolvidos, aguardando discussão com reguladores (CVM), que são os seguintes: • Combinação de Demonstrações Contábeis (CPC 44) - As demonstrações contábeis combinadas representam a aglutinação de demonstrações contábeis individuais de determinadas entidades, todas sob controle ou administração comum. • Demonstrações Contábeis Pró-forma (CPC 05) - Este Procedimento estabelece os critérios para compilação, elaboração e formatação de Informações Financeiras Pró-forma que só podem ser apresentadas quando assim forem qualificadas e desde que o propósito seja devidamente justificado em nota explicativa, como, por exemplo, em casos de reestruturações societárias, aquisições, vendas ou cisões de negócios. Não existem outras normas IFRS que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Cia. **3.2. Principais Práticas Contábeis Específicas do Setor Elétrico a) Plano de Contas.** A Cia. adota o plano de contas do manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica - MCSPEE, instituído pela Res. ANEEL nº 444, de 26/10/2001 e suas alterações posteriores. **b) Ativos e Passivos Regulatórios.** Trata-se de valores realizáveis ou exigíveis em decorrência do contrato de concessão da Cia., que tem como objetivo, dentre outros, assegurar o equilíbrio econômico financeiro da concessão. As diferenças entre os somatórios dos custos não gerenciáveis (também denominados "Parcela A"), utilizados como referência no cálculo do reajuste tarifário da Cia. e os desembolsos efetivamente realizados são compensadas nos reajustes tarifários futuros, sendo registradas no Ativo ou Passivo. Após a inclusão das diferenças no reajuste tarifário, as despesas são transferidas mensalmente para o resultado na proporção do recebimento ou ressarcimento dos valores através das contas de energia.
4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/14	31/12/13
Bancos conta movimento e Fundo de Caixa	9	1
Aplicação financeira - CDB DI	-	8.130
Aplicação financeira - BB Compromissada DI	5.472	-
Aplicação financeira - C.E.F.	574	-
Rendas a receber	74	28
Total	6.129	8.159

As aplicações financeiras de liquidez imediata são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Em 31/12/14, as aplicações financeiras referentes a CDB - foram remuneradas à taxa de 97% da variação do CDI e, as aplicações financeiras referentes a BB Compromissada foram remuneradas à taxa de 98% da variação do CDI. **5. Contas a receber.** A composição do saldo de contas a receber apresenta o seguinte perfil:

	31/12/14	31/12/13
Contas a receber	91	-
Contrato de conexão - CELG	91	-
Disponibilidade da rede elétrica	585	-
TOTAL A RECEBER	676	-

6. Impostos a recuperar. Em 31/12/14, o valor de R\$163 (R\$ 133 em 31/12/13), classificado como imposto a recuperar, refere-se ao IR retido na fonte quando do resgate de aplicações financeiras. Estes valores serão compensados com o IR apurado mensalmente, com base no regime de tributação pelo lucro presumido. **7. Contas a receber ativo financeiro indenizável.** O Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Transmissão de Energia Elétrica, celebrado entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Cia. (Operadora) regulamenta a exploração dos serviços públicos de transmissão de energia elétrica pela Cia., onde: • O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar. • O contrato estabelece padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e disponibilidade da rede. • Ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao poder concedente mediante pagamento de uma indenização, e • O preço é regulado através do mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos pela remuneração anual permitida (RAP), parcela garantida pelo poder concedente para remunerar o operador. Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de serviço de transmissão de energia elétrica da Cia., a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da ICPC 01 (R1), a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de transmissão, abrangendo: a) Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro indenizável por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro indenizável diretamente do poder concedente; b) Parcela referente a recebíveis, junto ao poder concedente, que incondicionalmente, disponibilização e entrega de rede de transmissão, tem de entregar, direta ou indiretamente, caixa ou equivalentes de caixa. E mensurado pelo método de fluxos de caixa futuros estimados da parcela especificada na composição da tarifa de cobrança (RAP) pela constituição da rede de transmissão, descontados pela taxa interna de retorno do projeto. c) Reconhecimento da receita de operação e manutenção em montante sufici-

Luziânia-Niquelândia Transmissora S.A.

CNPJ/MF nº 14.863.121/0001-71

ente para fazer face aos custos para cumprimento das obrigações de operação e manutenção previstas em contrato de concessão. d) Reconhecimento da receita financeira sobre os direitos de recebíveis junto ao poder concedente decorrente da remuneração pela taxa interna de retorno do projeto. A infraestrutura construída da atividade de transmissão é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber, a) parte através de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à remuneração anual permitida (RAP) durante o prazo da concessão. Os valores da RAP garantida são determinados pelo DNS, conforme contrato, e recebidos dos participantes do setor elétrico por ele designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada; e b) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa. Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, com recebimento previsto para um período de 30 anos cujos critérios de pagamento ainda serão definidos pelo poder concedente. O montante total a receber acumulado, em 31/12/14, é de R\$46.753 (R\$25.816 em 31/12/13), classificados no ativo não circulante e está composto como se segue:

Ativo Financeiro Indenizável	31/12/14	31/12/13
Edificações	1.029	4.701
Máquinas e equipamentos	28.556	10.363
Estacas e estruturas metálicas	3.809	5.020
Pessoal e encargos operacionais	158	37
Tributos	1.174	917
Serviços de terceiros	2.217	2.096
Resultados financeiros	1.898	239
Seguros	154	50
Arrendamentos e aluguéis	725	493
Adiantamento a fornecedores	10.651	602
Remuneração dos ativos de concessão	8.741	1.265
Outros	1.457	33
	60.569	25.816

8. Empréstimos. Em 10/06/13, os Diretores da Cia. foram autorizados pelo Conselho de Administração, a assinatura de um Termo de Referência (TR) de financiamento no valor total de R\$32.590, pelo prazo de até 20 anos, em dois subcréditos (FINISA e PSI) com a taxa de juros de 118% de CDI e 3,5% ao ano, e uma taxa de estruturação de 0,30% sobre o valor total do financiamento, a ser descontada, integralmente, no primeiro desembolso do contrato. O objetivo do empréstimo é financiar o investimento na implantação e exploração do reforço das Subestações Luziânia e Niquelândia. Poderá ser oferecida em garantia a operação de financiamento, fianças bancária e corporativa e ESA. Em 04/09/13, foi autorizada, pelo Conselho de Administração, a contratação do empréstimo de curto prazo, Empréstimo-Ponte (Bridge-Loan), junto ao Banco Santander no valor de até R\$21.000 com a taxa de juros de CDI e 0,45% ao ano, e uma taxa de estruturação de 0,35% para o período de setembro de 2013 à abril de 2014, com garantias corporativas da State Grid do Brazil Holding S/A e da Eleobrás, sendo que, após 90 dias, os juros serão majorados em 1% ao ano. Em 31/12/13, a empresa celebrou o contrato de financiamento com a Caixa Econômica Federal no valor de R\$32.590, conforme aprovado em 10/06/13. Os recursos destinados a este investimento serão postos à disposição da SPE, sob a forma de dois subcréditos: a) Subcrédito FINISA/Infraestrutura - no valor de R\$17.090, destinado a investimento em obras e serviços com recursos oriundos do Programa de Financiamento à Infraestrutura e ao Saneamento - FINISA. A taxa de juros é de 118% do CDI ao ano, sobre o valor principal da dívida e possui período de carência até o mês de dezembro de 2016. b) Subcrédito FINISA/Equipamentos - no valor de R\$15.500, destinado a investimento em máquinas e equipamentos oriundos do Programa de Financiamento à Infraestrutura e ao Saneamento - FINISA. A taxa de juros é de 3,5% ao ano, apurados sobre o saldo devedor e possui período de carência até o mês de dezembro de 2014. Como garantia do financiamento, a empresa assinou o contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, cedendo os direitos relacionados ao contrato de Concessão. Em 08/04/14 a Cia. efetuou a quitação total do Empréstimo-ponte junto ao banco Santander no valor de R\$21.949. Em 31/12/14, o saldo de R\$30.950 representa o valor do empréstimo concedido pela Caixa Econômica Federal, até a presente data. O saldo de R\$21.447, em 31/12/13, representa o valor do principal do empréstimo-ponte captado junto ao banco Santander em 09/10/13, com seus encargos, e liquidado em 08/04/14.

Descrição	31/12/14	31/12/13
Circulante	1.793	21.447
Não Circulante	29.157	-
Total	30.950	21.447

Diretoria: Ricardo Carneiro Gurgel Nogueira - Diretor Presidente, Munilo Magalhães Nogueira - Diretor Técnico, Ronaldo Borges Andrade - Contador - CRC/RJ 051927/O-8.

Relatório dos Auditores Independentes Sobre as Demonstrações Financeiras. Aos Administradores e Acionistas da Luziânia - Niquelândia Transmissora S/A Rio de Janeiro - RJ. 1. Examinamos as demonstrações financeiras da Luziânia - Niquelândia Transmissora S/A, que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras.** 2. A administração da Cia. é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos auditores independentes.** 3. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. 4. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Cia, para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Cia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. 5. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião.** 6. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no primeiro § apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Luziânia - Niquelândia Transmissora S/A em 31/12/2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Outros Assuntos. Demonstrações do valor adicionado.** 7. Examinamos, também, as DVA, referentes ao exercício findo em 31/12/2014, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Cia., cuja apresentação é requerida pela ANEEL, órgão regulador, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior.** 8. Os valores correspondentes ao exercício findo em 31/12/2013, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente por nós auditados de acordo com as normas de auditoria vigentes por ocasião da emissão do relatório em 13/02/2014, que não contém nenhuma modificação. Rio de Janeiro, 23/01/2015. BOUCINHAS, CAMPOS & CONTI - Auditores Independentes S/S - CRC-SP-5 528/O-S-RJ. Antonio Carlos de Oliveira Pires - Contador-CRC-RJ-065.305/O-RJ.

Raízen tem lucro na divisão de combustíveis e perdas na produção

A Raízen, joint venture entre a Cosan e a Shell, teve lucro líquido de R\$ 314,4 milhões no terceiro trimestre da safra 2014/15, aumento de 35,1% na comparação com o mesmo período do ano anterior.

A Raízen Combustíveis, responsável pela distribuição e comercialização de combustíveis por meio da rede de postos Shell, apresentou um lucro de R\$ 401,9 milhões, alta de 15,4%.

“Este aumento é explicado, principalmente, por um melhor resultado operacional, com aumento da margem bruta, em função do aumento nos volumes vendidos e uma redução das despesas operacionais com vendas e administrativas”, disse a companhia em nota.

Já a Raízen Energia, cuja principal atividade é a produção e a comercialização de produtos derivados da cana-de-açúcar, incluindo açúcar bruto (denominado VHP) e branco, etanol anidro e hidratado, apresentou um prejuízo líquido de R\$ 87,5 milhões, ante prejuízo líquido de R\$ 115,4 milhões reportado no mesmo trimestre da safra anterior, com uma piora no resultado financeiro em função da variação cambial.

O volume de cana-de-açúcar moída pela Raízen Energia no trimestre encerrado em 31 de dezembro de 2014 totalizou 11,7 milhões de toneladas, que

de 27,5% na comparação anual, ocasionada principalmente por condições climáticas adversas, representadas pelo clima seco que prejudicou o crescimento do canavial.

O tempo seco levou a uma redução total de 7% do volume da cana moída na safra 2014/15, para 57,1 milhões de toneladas, na comparação com a temporada anterior.

No terceiro trimestre da safra, a Raízen Energia operou 24 usinas, com capacidade instalada de moagem de cerca de 66,8 milhões de toneladas de cana/ano.

A produção de açúcar somou 847 mil toneladas no trimestre e 4,08 milhões de toneladas na safra, queda de 9,2% na comparação com o acumulado da temporada anterior. Já a fabricação trimestral de etanol atingiu 454 milhões de litros e 2,06 bilhão de litros no ano 14/15, alta de 1,3% no ano.

A receita operacional líquida da Raízen Energia totalizou 2,64 bilhões no trimestre, alta de 24,3% na comparação anual, principalmente em função da maior concentração de vendas neste trimestre. “Os principais responsáveis pelo aumento da receita líquida no período foram os maiores volumes vendidos tanto de açúcar quanto de etanol, bem como o maior preço médio de etanol e cogeração de energia praticados no mercado”.

Ganho da Heineken sobe para 1,51 bilhões de euros

A Heineken registrou lucro líquido de 1,51 bilhão de euros no ano de 2014, alta de 11,14% em relação ao mesmo período de 2013. Na mesma base de comparação, a receita teve leve alta de 0,03%, para 19,25 bilhões de euros.

Em termos orgânicos, a receita cresceu 3,3% beneficiada tanto por aumento nos preços quanto pelos volumes. A receita orgânica exclui efeitos de câmbio, mudanças de consolidação, mudanças na regulação contábil, itens excepcionais e amortizações ligadas a aquisições. A receita por hectolitro cresceu 1,4%.

O volume das vendas de cerveja subiu em 2% no ano, impulsionado pelo clima favorável no primeiro semestre e pela Copa do Mundo de futebol, além de uma base de uma comparação mais fraca no ano anterior. No segundo semestre, no entanto, a maioria das regiões viram um crescimento mais baixo dos volumes, devido ao clima mais úmido, particularmente na Europa, e à forte base de comparação para o terceiro trimestre.

A cervejaria holandesa - líder na Europa com rótulos como Amstel, Sol e Cruzcampo, além de sua marca homônima - se beneficiou de ven-

das maiores de cerveja na África, nas Américas e na Ásia.

Em 2015, a empresa espera expansão na receita orgânica e aumento do volume, embora a um ritmo menor que no ano passado, devido ao forte primeiro semestre de 2014.

A Heineken, da qual a mexicana Femsa é uma grande acionista e que compete com a SABMiller e AB Inbev, disse esperar que a receita cresça em 2015, mas com expansão mais lenta de vendas de cerveja do que em 2014, em parte porque a primeira metade do ano passado foi muito forte.

Para 2015, a companhia disse que sofrerá um impacto de 0,25 ponto percentual com a venda de seu negócio mexicano de embalagens, de modo que o crescimento de margens ficará abaixo da meta anual de 0,4 ponto percentual. A margem cresceu 0,9 ponto percentual em 2014. A expansão de margem foi maior no México, Nigéria, Brasil e no Vietnã.

A companhia disse que decidiu aumentar sua proporção de pagamento de dividendo para entre 30% e 40% do lucro líquido ante 30% a 35%. O dividendo total proposto de 1,10 euro ficou acima da expectativa de 0,95 euro.

ANEL - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS
CNPJ Nº 15.480.715/0001-66
ATA DE ELEIÇÃO SINDICAL - 2014/2017 - Aos treze dias do mês de novembro de dois mil e quatorze, às dez horas, na delegacia em São Paulo, do Sindicato Nacional dos Editores de Livros, na cidade de São Paulo/SP, a Sra. Lis de Macêdo Castelliano, Presidente da Mesa Coletora, determinou o encerramento dos trabalhos de votação, os quais foram realizados no horário das nove horas às dez horas, relativamente às eleições para a Diretoria e Conselho Fiscal, efetivos e suplentes, da ANEL - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS. Foi procedido o encerramento da Folha de Votação e o fechamento da urna, com a aplicação de tiras de papel gomado rubricadas pelo presidente e mensário. Feita a contagem das assinaturas na Folha de Votação, verificou-se que durante o período total de funcionamento compareceu e votou, perante esta Mesa Coletora, 01 (um) associado. Não houve votos em separado. Não foram registrados, durante o período de votação desta Mesa Coletora, protestos ou dúvidas. Cumprindo-se, assim, o disposto na Circular nº 001/2014, de 09/10/2014, da ANEL - Associação Nacional dos Editores de Livros. Foi esta Ata lavrada em 03 (três) vias, de igual teor sendo assinada pelos componentes da Mesa Coletora. São Paulo, 13 de novembro de 2014. Lis de Macêdo Castelliano - Presidente; Ana Paula Domingos de Souza - Mesário. Registro Civil de Pessoas Jurídicas - Capital Rio. Certifico a averbação na matrícula, protocolo e data abaixo, Matr. 251825, nº 201412121550122 e data 30/01/2015. Nely de A. Pinheiro - Oficial Substituto.

Custo	31/12/14	31/12/13
Edificações	8.662	4.701
Máquinas e equipamentos	3.625	10.363
Estacas e estruturas metálicas	1.024	5.020
Pessoal e encargos operacionais	121	37
Tributos	257	917
Serviços de terceiros	427	1.299
Resultados financeiros	2.078	239
Seguros	104	50
Arrendamentos e aluguéis	10.049	493
Adiantamento a fornecedores	(306)	602
Outros	389	33
	26.430	23.754

13. Instrumentos financeiros. 13.1. Classificação dos instrumentos financeiros por categoria. Em 31/12/14 e 20143, a classificação dos ativos financeiros por categoria é a seguinte:

Ativos financeiros	31/12/14		31/12/13	
	Receíveis	A valor justo por meio do resultado	Total	Total
Caixa e equivalentes de caixa	-	6.129	6.129	6.159
Contas a receber	676	-	676	-
Despesas antecipadas	-	-	-	40
Adiantamentos	-	-	-	11
Ativo financeiro indenizável	60.569	-	60.569	25.816
	61.245	6.129	37.374	34.026

O valor justo dos recebíveis não difere de forma relevante dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável. Os principais passivos financeiros da Cia. em 31/12/14 são mensurados ao custo amortizado, conforme demonstrado a seguir:

Passivos financeiros	30/09/14	31/12/13
Fornecedores	358	188
Retenções contratuais	530	370
Empréstimos	30.950	21.447
Salários e encargos	45	37
Impostos e contribuições sociais	291	149
	32.174	22.191

13.2. Gestão de risco. As operações financeiras da Cia. são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com a estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela diretoria e acionistas. Os principais fatores de risco mercado que poderiam afetar o negócio da Cia. são: a) **Riscos de mercado.** A utilização de instrumentos financeiros pela Cia. tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Cia. não tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra esses riscos, porém, estes são monitorados pela Administração, que periodicamente avalia a exposição da Cia. e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limites de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Cia. também não pratica aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de riscos. b) **Riscos ambientais.** As atividades do setor de energia podem causar significativos impactos negativos e danos ao meio ambiente. A legislação impõe aquele que direta ou indiretamente causar degradação ambiental o dever de reparar ou indenizar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros afetados, independentemente da existência de culpa. Os custos de recuperação do meio ambiente e indenizações ambientais podem obrigar a Cia. retardar ou redirecionar investimentos em outras áreas, mas a Cia. procura assegurar o equilíbrio entre a conservação ambiental e o desenvolvimento de suas atividades, estabelecendo diretrizes e práticas a serem observadas nas operações, a fim de reduzir o impacto ao meio ambiente, mantendo o foco no desenvolvimento sustentável de seu negócio. Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial, tais como caixa e equivalentes apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. Para determinação do valor de mercado foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação.

13.3. Avaliação dos instrumentos financeiros. Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial, tais como caixa e equivalentes apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. Para determinação do valor de mercado foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação.

SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS
CNPJ 33.591.918/0001-01
ATA DE APURAÇÃO DE ELEIÇÃO SINDICAL - 2014/2017 - Aos treze dias do mês de novembro de dois mil e quatorze, às vinte horas, na sede do Sindicato Nacional dos Editores de Livros, no Rio de Janeiro, sob a presidência da Sra. Lis de Macêdo Castelliano e servindo como escrutinador, a Sra. Wânia Cristina Cezário de Oliveira, reuniu-se a Mesa Apuradora para abrir os trabalhos de apuração dos resultados do pleito destinado à renovação da Diretoria, Conselho Fiscal, efetivos e suplentes, Conselhos Técnicos do Sindicato, realizado hoje, das nove horas às dez horas, no Rio de Janeiro e em São Paulo. Iniciando os trabalhos foram abertas as urnas das Mesas Coletoras, que se encontravam lacradas e intactas. Nelas foram encontradas 31 (trinta e uma) cédulas, sendo 30 (trinta) na urna do RJ e 01 (uma) na urna de SP, em números coincidentes com os consignados nas Atas de Eleição/Votação. Apurados os votos, tivemos um resultado de 31 (trinta e um) votos sufragando a totalidade de chapa única concorrente. Não foi apresentado qualquer protesto durante a apuração de que trata esta Ata. Feito isto, deu a Presidente por encerrados os trabalhos e, por sua determinação, eu, Wânia Cristina Cezário de Oliveira, na qualidade de Secretária da Mesa Apuradora, fiz a presente Ata, que lida e achada conforme, vai assinada 3 (três) vias de igual teor sendo assinada pelos Membros da Mesa Apuradora. Rio de Janeiro, 13 de novembro de 2014. Lis de Macêdo Castelliano - Presidente; Wânia Cristina Cezário de Oliveira - Escrutinadora. Registro Civil de Pessoas Jurídicas - Capital Rio. Certifico a averbação na matrícula, protocolo e data abaixo, Matr. 112959, nº 201412121547261 e data 26/01/2015. Jalber Lira Buannafina - Oficial Substituto.

ANEL - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS
CNPJ Nº 15.480.715/0001-66
ATA DE APURAÇÃO DE ELEIÇÃO SINDICAL - 2014/2017 - Aos treze dias do mês de novembro de dois mil e quatorze, às vinte horas, na sede da ANEL - Associação Nacional dos Editores de Livros, no Rio de Janeiro, na Rua da Ajuda, 35 - 18º andar - parte Centro, sob a presidência da Sra. Lis de Macêdo Castelliano e servindo como escrutinador, a Sra. Wânia Cristina Cezário de Oliveira, reuniu-se a Mesa Apuradora para abrir os trabalhos de apuração dos resultados do pleito destinado à renovação da Diretoria e Conselho Fiscal, efetivos e suplentes, da Associação, realizado hoje, das nove horas às dez horas, no Rio de Janeiro e em São Paulo. Iniciando os trabalhos foram abertas as urnas das Mesas Coletoras, que se encontravam lacradas e intactas. Nelas foram encontradas 10 (dez) cédulas, sendo 09 (nove) na urna do RJ e 01 (uma) na urna de SP, em números coincidentes com os consignados nas Atas de Eleição/Votação. Apurados os votos, tivemos um resultado de 10 (dez) votos sufragando a totalidade de chapa única concorrente. Não foi apresentado qualquer protesto durante a apuração de que trata esta Ata. Feito isto, deu a Presidente por encerrados os trabalhos e, por sua determinação, eu, Wânia Cristina Cezário de Oliveira, na qualidade de Secretária da Mesa Apuradora, fiz a presente Ata, que lida e achada conforme, vai assinada em 3 (três) vias de igual teor sendo assinada pelos Membros da Mesa Apuradora. Rio de Janeiro, 13 de novembro de 2014. Lis de Macêdo Castelliano - Presidente; Wânia Cristina Cezário de Oliveira - Escrutinadora. Registro Civil de Pessoas Jurídicas - Capital Rio. Certifico que o presente documento é uma via adicional da averbação feita sob protocolo nº 201412121437105 e data 30/01/2015. Nely de A. Pinheiro - Oficial Substituto.